

## **Feminismo e seus múltiplos significados: entre discursos e práticas de mulheres em Salvador<sup>1</sup>**

“Afinal, o que é ser feminista?” A necessidade em discutir o conceito de feminismo e o que significa ser feminista parece acompanhar a história dos movimentos feministas<sup>2</sup>. Nos primórdios dos feminismos no Brasil, Edith Mendes Gama e Abreu, Lili Tosta, Maria Luiza Bittencourt e a Dr<sup>a</sup> Francisca Prager Fróes se auto-afirmaram como feministas. Seus discursos, na década de 1930, demonstram uma grande preocupação em explicar o tipo de feminismo adotado para que não fossem mal interpretadas, ou mesmo para acabar com o mal entendido em torno da palavra. Considerando as transformações no uso do termo, é que lançamos a questão com o objetivo de historicizar e, portanto, problematizar o conceito de feminismo. Não pretendemos desenvolver aqui uma discussão teórica sobre o assunto, mas, acreditamos que somente a crítica das categorias fixas pode nos permitir recuperar os sentidos que tinha o conceito de feminismo nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, partimos dos discursos e ações práticas das próprias feministas que atuaram na filial baiana da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Os depoimentos que essas mulheres deixaram acerca do significado que atribuíram ao feminismo e ao ser feminista, publicados nos principais jornais baianos, são extremamente ricos. Indicam a maneira como elas se apropriaram e reelaboraram os discursos produzidos com o intuito de normatizar a sociedade e, especialmente, o comportamento feminino, e conseqüentemente definir o lugar que as mulheres deveriam ocupar no conjunto social ao traçar a linha de separação entre as esferas pública e privada.

Edith Mendes da Gama e Abreu<sup>3</sup> declarou-se feminista na obra *Problemas do Coração* quando, na análise de uma série de problemas enfrentados pelas mulheres no casamento, encontrou na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino uma possibilidade de mudança:

Allio-me, pois, com a mais arrojada das coragens ao grupo das que reivindicam para o meu sexo direitos taes quaes os dos homens, limitados pela sã moralidade, já se vê. Empunho com o mais seguro dos atrevimentos o camartello que derroque o multiseccular preconceito da inferioridade feminina. Protesto com a mais resoluta das convicções contra as leis e as praxes que equiparam a mulher aos menores e aos loucos. Não admito, porem, que ella chegue a prescindir do seu mister de mãe sob a allegação de ser chamada longe dos filhos para melhoria orçamentaria do casal, ou para a gloria de posições lisongeiras. Certamente não me refiro áquellas deante de quem o destino põe este dilemma: fome, ou trabalho fóra do lar. Refiro-me, sim, ás que em busca do luxo, ou de ostentações mal entendidas, confiam á vigilancia mercenaria o fruto do seu seio.”<sup>4</sup>

Os paradoxos do discurso e ação prática de Edith Gama e Abreu são verificados nesse fragmento aos olhos de quem o analisa tantos anos depois. Como lutar contra a exclusão política em

função do sexo e ao mesmo tempo preservar as diferenças físicas e as atribuições biologicamente femininas? Como buscar o princípio da igualdade lançando mão das diferenças ditas “naturais”?

Num discurso pronunciado no 2º Congresso Feminista, em 1931, Edith declara que ser feminista *é uma bela lição de altruísmo. É um feitio novo de caridade, mais alevantado só, mais desprendido ainda* (sic). Na sua concepção, a mulher feminista deveria lutar pela reorganização social visando uma vida sem injustiçados.

É mister do feminismo, senhores, elaborar essa reforma de costumes e de leis derrubando os ilogismos do preconceito, guiando com a justiça e o amor a partilha dos direitos entre as criaturas, para que as gerações do porvir não conheçam esses contrastes violentíssimos de miséria e opulência, de domínio e sujeição, de gozo e sofrimento, de luz e treva do espírito. Para que o sorriso não seja a máscara de muita revolta oculta, de muito desespero abafado.<sup>5</sup>

No artigo *Ideal Feminista*, publicado quatro anos depois, a presidente da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino (FBPF) fala, com entusiasmo e admiração, sobre as jovens que integravam a Ala Moça, por serem mulheres que

não se debruçam, tão somente, sobre o berço do filho, arquejante de angustia, se elle soffre, aturdidos de ventura, si elle goza, mas que desdobram o instinto de maternidade para embalsamarem outros berços, soluçantes ou sorridentes, e fazem nessa propria solidariedade com a dor e a alegria de outrem um estudo a mais para corrigir a vida.<sup>6</sup>

Em abril de 1937, na sessão de posse da nova diretoria da Ala Moça<sup>7</sup> da FBPF, Edith explica os fins da Federação e diz que o feminismo é o problema da *justiça em solução* e o *ideal da benemerência em atividade*, que ele procura resolver a questão da mulher pela igualdade de direitos, baseando-se na equivalência dos sexos. Para melhor compreender os seus próprios direitos, as mulheres precisariam ter um espírito formado pela *cultura moral e intelectual*.<sup>8</sup>

Após as conquistas políticas expressas na Constituição de 1934, a atuação de Edith Gama e Abreu à frente da Federação sofre uma decisiva inflexão. Ela volta-se quase que exclusivamente para o trabalho de cunho social, ao mesmo tempo que assume a tarefa de preparar e conscientizar as jovens da Ala Moça para atuarem em projetos filantrópicos. Conscientes da sua “missão mais sublime” – a maternidade – e do seu novo dever patriótico de “aperfeiçoar” o lar, elevar a família e colaborar no engrandecimento da humanidade, essas mulheres se viam como feministas. O deslocamento da luta política para as obras assistenciais, como observado na atuação de Edith, deve ser tomado de forma bastante cuidadosa: a benemerência parecia ser para muitas mulheres do início do século XX uma das formas legítimas de intervenção e promoção do bem estar social, bem como de salvação da pátria. Assim, ao invés de se pensar numa fronteira entre política e atividade

filantrópica, achamos mais correto lançarmos mão da idéia de responsabilidade social, uma vez que as jovens da Ala Moça viram as tarefas de benemerência como um encargo tanto social como político.

O trabalho social é tão marcante no movimento baiano que, em 1940, era a única filial sobrevivente das regiões do Norte e Nordeste. Foi mantida a sede, os encontros mensais já não eram tão regulares, mas continuaram acontecendo e sendo registrados em ata. As eleições seguiam sua periodicidade – de dois em dois anos, elegia-se a diretoria – e o contato com o Rio de Janeiro era feito através de telegramas.

Ao analisar os discursos de Edith Gama e Abreu produzidos ao longo da sua atuação na FBPF, observa-se uma certa “idealização” a respeito do ser feminista, pautada nos valores que uma suposta “natureza feminina” conferia à mulher: maior senso de justiça, abnegação, generosidade, conduta moral inquestionável. E, sobretudo, consciente da sua responsabilidade social. Edith ressalta as qualidades femininas derivadas da função materna – papel que ela considera altamente qualificado e de enorme importância social. Acata os novos deveres de mulher – mãe-esposa-dona de casa, largamente divulgados pelo discurso e os amplia, partindo desses mesmos argumentos – isto é, convoca as mulheres para assumir papéis públicos relacionados à saúde, à educação e à filantropia. O movimento feminista, na sua opinião, possuía um papel moralizador, de colaboração para o engrandecimento da humanidade, evangelização da paz universal, elevação da família e aperfeiçoamento do lar. A maternidade era tida por ela como a função primordial da qual a mulher não poderia se furtar. E caberia às feministas saber conciliar as funções próprias da natureza feminina com seus novos deveres públicos, fruto da consciência adquirida na luta por reivindicações e conquistas.

Vale lembrar que Edith Gama e Abreu não teve filhos; que seu casamento é rememorado por contemporâneos seus como incomum para os padrões da época, pois seu marido, o intelectual e professor da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, Jaime Cunha Gama e Abreu, nunca impôs limites à sua atuação na Academia de Letras de Bahia e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, ou seja, em espaços predominantemente masculinos; que o casal possuía uma situação financeira confortável, eram moradores da Vitória, região conhecida pelos luxuosos casarões construídos no final do século XIX e início do XX. Diante dessa realidade é que Edith projeta-se na defesa da igualdade de direitos, conquistando novos espaços numa sociedade considerada por muitas feministas como hostil e repleta de preconceitos. A imprensa apresentava-a como *uma das figuras femininas culminantes na sociedade bahiana, de erudição incomum* mesmo entre as letradas do meio, *onde se faz obreira e perspicaz de um lar felicíssimo*. Considerada uma esposa exemplar e uma mulher de muita ilustração, tornou-se membro da Academia de Letras da

Bahia (1938), oradora oficial do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e, em 1942, professora da Faculdade de Filosofia da Bahia.

Na opinião de Edith Gama e Abreu, o maior exemplo de feminista entre as baianas era a Dr.<sup>a</sup> Francisca Prager Fróes, *sob o duplo aspecto: moral e intelectual*. Esta, por sua vez, mostrou-se preocupada com o mal entendido em torno do vocábulo feminismo num artigo publicado em 1923:

Muito frequente é ouvir-se rumorejar, a proposito das exhibições escandalosas e estardalhaçantes das modas actuaes, da exteriorização impertinente de algumas dançarinas de *maxixe* ou das manifestações escandalosas das torcedoras estrepitantes de desportos, a seguinte phrase irreverente: Eis o que é o *feminismo*!<sup>9</sup>

Na tentativa de esclarecer o que era o feminismo, explica que o termo não poderia ser compreendido como uma transformação do estado civil subordinado da mulher por outro ainda pior – como a realidade de algumas dançarinas de *maxixe* ou torcedoras dos desportos mais escandalosas; e que não era, também, a despreocupação da mulher pelos interesses do lar; tampouco seria fruto de um suposto desequilíbrio educativo presente na sociedade. O feminismo, no seu entender,

(...) é a normalização da mulher na sua afanosa e justa preocupação de afastar de vez os monstruosos preconceitos dos misoneistas intransigentes.

(...) é a evolução natural das aspirações legítimas da mulher moderna e, normal que, não conformada com a condição confrangente do passado nem com as injustiças constantes do presente, impõe ao porvir a energia de suas acções e o merito consciente de seu trabalho proficuo.

(...) é a lucta contra a frivolidade e a ignorancia da mulher, estimulando-lhe a dignidade e o amor ao trabalho para a conquista dos direitos que o homem monopolisou.

(...) é ainda o justo reclamo do merito feminino, hoje cabalmente demonstrado na capacidade da mulher para todos os mistéres.

É a onda volumosa e benefica que, de fluxo em fluxo, elevará um dia a mulher instruida ao triumpho completo de sua emancipação politica e social.

É o *feminismo*, em summa, a revolta inevitavel contra enexorabilidade de certas leis iniquas, o brado energico e consciente pela reforma impreterivel dos Codigos que nos regem, para a rehabilitação dos direitos que a dignidade da mulher exige, em bem da moralidade do lar e da futura garantia da familia.<sup>10</sup>

É possível identificar sutis diferenças entre o significado que o feminismo tem para ela e para Edith. Nota-se, por exemplo, em Fróes, a ausência da associação do conceito com a benemerência. Por outro lado, ela fala em dignidade da mulher, erguida a partir da sua luta por mudanças na legislação.

A jornalista Lili Tosta também pontuou este aspecto ao construir os seus argumentos em prol das reivindicações jurídicas do movimento, ao afirmar que

Quando pedimos os nossos direitos politicos, não estamos ambicionando cargos publicos e lucrativos, é uma questão de direito que nos dá força moral e personalidade juridica.<sup>11</sup>

Importante lembrar que a Constituição de 1934 foi a primeira a explicitar a situação jurídica da mulher, proibindo expressamente quaisquer privilégios ou distinções por motivo de sexo. A igualdade jurídica entre o homem e a mulher foi, assim, afirmada como preceito constitucional. A

esse princípio, devem-se subordinar, sob pena de inconstitucionalidade, todas as leis e demais normas escritas ou costumeiras.

Em 1931, a Conselheira Jurídica da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Maria Luiza Bittencourt fez uma homenagem a Lily Lages<sup>12</sup>, declarando estar diante de *uma nova concepção de EVA MODERNA*. A admiração *incondicional* à jovem médica foi justificada pela capacidade, inteligência, cultura, modéstia, elegância, calma, graça e encanto singular<sup>13</sup>. O ideal feminista construído por Maria Luiza estava associado às mulheres de elevado nível de instrução, que atuavam no mercado de trabalho e eram conscientes de que precisavam ampliar seu espaço na sociedade e lutar pela igualdade de direitos sem, contudo, abandonar a sua função materna. Ao anunciar o perfil das mulheres que estariam se associando à FBPF em 1931, especifica as suas qualidades: as *mais dignas* e as *mais cultas*<sup>14</sup>.

A preocupação em ressaltar as qualidades das associadas é, sem dúvida, para melhorar o conceito das feministas perante a sociedade e desvinculá-las da imagem construída pela imprensa das feministas inglesas, largamente explorada entre os anos 1913 e 1918, como ameaçadoras da paz e da ordem pública<sup>15</sup>. A FBPF ainda estava no seu segundo mês de existência quando Lili Tosta expôs as dificuldades, quase num desabafo:

Nós feministas, somos mal julgadas, criticadas, analysadas, mal compreendidas, consideradas excênticas etc.

Mas paciência.

Sabemos que não trabalhamos para nós. Estamos abrindo caminho pela floresta virgem, afim de que a nova geração feminina facilmente passe sem lutas e sem soffrimentos.<sup>16</sup>

Como compreender, contudo, o feminismo dessas mulheres? É possível verificar em pesquisas e bibliografia existentes muitas críticas acerca do feminismo adotado pelas mulheres da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, principalmente por não questionarem as estruturas sociais e o papel “natural” das mulheres enquanto mães e donas de casa. Elas foram acusadas de serem um grupo de mulheres burguesas “conservadoras” que lutaram exclusivamente pelo sufrágio feminino sem indagar a quem ou a que classe social serviria o voto; que o movimento estaria impregnado de limitações por ter sido dirigido por mulheres das elites e que, portanto, o debate ficou restrito às questões de ordem jurídica.

Ao reduzir a escala de observação para analisar a atuação de Edith Mendes da Gama e Abreu – uma feminista na luta pela igualdade de direitos políticos – estamos propondo uma abordagem diferenciada das pesquisas publicadas acerca da Federação que deixaram de retratar as nuances existentes no interior do próprio movimento bem como uma extensa gama de reivindicações não consumadas. Dessa forma, buscamos fatos e registros significativos da trajetória

de Edith e de outras militantes na tentativa de retrair o movimento de uma outra forma, ao mesmo tempo que buscamos diferenciar a filial baiana das demais.

Ao retrair sucintamente trajetórias de outras líderes da FBPF, constatamos que elas de fato faziam parte de um pequeno grupo de mulheres letradas, integrantes das camadas médias e alta da sociedade. Se esse dado pode sinalizar os limites do movimento<sup>17</sup> pode, também, apontar o nível de conscientização e comprometimento dessas mulheres com determinadas mudanças se considerarmos o nível de sua exposição pública e o tipo de crítica, censura e reprovação que sofreram e souberam enfrentar – situação que, certamente, vivenciaram com muita dificuldade por não terem sido educadas para tamanhos desafios, ainda que encontrassem algum apoio dos seus familiares no que tange às suas escolhas.

O que se constata nesses trabalhos é a ênfase que deram à conquista do voto. O sufrágio feminino foi elevado à condição de principal bandeira do movimento. Porém, o leque de reivindicações era bastante amplo e foi deixado nas sombras. Ele incluía, por exemplo, desde os direitos sociais da mulher grávida até garantias legais para o trabalho feminino. Entre as lideranças da FBPF, algumas questões aparecem como relevantes para a mudança de uma realidade opressora além do sufrágio como, por exemplo as preocupações da Dr<sup>a</sup> Fróes com a saúde da mulher. Várias dessas mulheres criticaram as relações conjugais, exigindo uma mudança no comportamento moral dos homens, sobretudo, no que diz respeito à infidelidade no casamento, chegando até mesmo a defender o divórcio. Cabe ao historiador investigar os fatos. Deve o historiador desvendar os possíveis. A realidade das feministas do início do século XX não se resumia à conquista do voto. Seus anseios, suas idéias, seus projetos não realizados são testemunhos indispensáveis ao historiador, uma vez que o real não é o resumo de acontecimentos bem sucedidos.

Mesmo que essas mulheres tenham tido uma atuação aparentemente tímida; uma fé em determinadas mudanças, que pouco alteraria a estrutura mais profunda da sociedade; que a estratégia de luta tenha sido a negociação com instâncias formais de poder; como não considerá-las feministas diante de suas declaradas posturas, de suas críticas, de suas visões de mundo e de suas atuações no movimento organizado da Federação?

Para não fazer eco às censuras sofridas pelas feministas da Federação Brasileira, acreditamos ser importante repensar e historicizar o feminismo. Num trabalho sobre a gênese de uma consciência feminista na Grécia no final do século XIX, Eleni Varikas colocou em discussão a definição de feminismo<sup>18</sup>. Seu ponto de partida foi considerar feministas as mulheres que se declaravam como tais em artigos publicados numa revista feminista semanal entre 1887 e 1907. Além disso, a autora depurou nesses escritos aquilo que era tido por elas como feminismo, ou seja:

- a) A atitude que consiste em considerar as discriminações contra as mulheres, como fazendo parte de um sistema socialmente imposto pela ordem patriarcal ou androcêntrico;
- b) A vontade de intervir coletivamente para mudar este sistema-ideia de auto-afirmação;
- c) A fé na possibilidade de uma tal mudança;
- d) A referência utópica (no sentido grego do termo: o que não existe) a uma ordem social livre de dominação sexual, a partir da qual se julga a realidade existente.<sup>19</sup>

Concordando com a abordagem de Varikas, podemos dizer que, além do fato de se auto-afirmarem como feministas, Edith, Maria Luiza, Lili Tosta e a Dr<sup>a</sup> Fróes encaixam-se perfeitamente nos critérios de definição construídos pela autora, ainda que a definição tenha sido criada a partir de uma realidade distinta.

<sup>1</sup> Esse texto é fruto das pesquisas apresentadas na dissertação de mestrado *Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu*. São Paulo, PUC/SP. Programa de Pós-graduação em História Social, 2002.

<sup>2</sup> Em 2004, a *Revista Estudos Feministas* publicou um número especial sobre o tema. Numa intensa troca entre pesquisadoras vinculadas às universidades e ativistas de Organizações Não-Governamentais e de movimentos autônomos, o feminismo é compreendido como prática teórica norteadora das iniciativas, desdobrando-se em seus papéis de campo teórico, prática interpretativa e lugar político. SCHMIDT, Simone Pereira. Como e por que somos feministas. *Revista Estudos Feministas*, set./dez. 2004, vol.12, no.spe, p.17-22. ISSN 0104-026X.

<sup>3</sup> Edith Mendes da Costa nasceu em 13 de outubro de 1898, na cidade de Feira de Santana, Bahia. Filha de Maria Augusta Falcão Mendes da Costa e João Mendes da Costa, coronel da Guarda Nacional e prefeito da cidade entre janeiro de 1931 e maio de 1933. Em 1930 publicou sua primeira obra *Problemas do Coração (Considerações sobre o amor e o casamento)*. No ano seguinte foi eleita presidente da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino.

<sup>4</sup> ABREU, Edith Mendes da Gama e. *Problemas do Coração (Considerações sobre o amor e o casamento)*. Bahia: Oficinas Graphicas d'A Luva. 1930. P. 136 – 137.

<sup>5</sup> O Congresso Feminista – Discurso da Sra Gama e Abreu, da delegação baiana. *O Imparcial*, Salvador, 7 jul. 1931. P. 1.

<sup>6</sup> ABREU, Edith Mendes da Gama e. Ideal Feminista. *O Imparcial*, Salvador, 23 out. 1935. P. 4.

<sup>7</sup> A Ala Moça compõe um conjunto de frentes de atuação da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, ao lado da União Universitária, Liga Eleitoral Independente e União Profissional. Foi criada em 1935, destinada a incentivar as jovens no movimento feminista.

<sup>8</sup> FEDERAÇÃO BAHIANA PELO PROGRESSO FEMININO. Livro de Atas, 28 abr. 1937

<sup>9</sup> FRÓES, Francisca Prager. O Feminismo. In: CIRCUNDES, Anísio. Dr<sup>a</sup> Francisca Prager Fróes: num relancear biographico. In: *Memoriam Dr<sup>a</sup> Francisca Prager Fróes*. Bahia, MCMXXXII. P. 62. Esse artigo foi publicado na *Revista Feminina*, São Paulo, n. 108, mai. 1923, na qual era colaboradora.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> TOSTA, Lili. Nós, feministas, queremos o direito do voto. *Diário da Bahia*, Salvador, 14 mai. 1931. P. 2 e 5.

<sup>12</sup> A homenagem ocorreu no contexto em que Lily Lages concluiu o curso na Faculdade de Medicina, em Salvador.

<sup>13</sup> BITTENCOURT, Maria Luiza. Lili Lages. *Diário da Bahia*, Salvador, 1 abr. 1931. P. 2.

<sup>14</sup> BITTENCOURT, Maria Luiza. O Feminismo na Bahia. *Diário de Notícias*, Salvador, 26 mar. 1931. P. 2.

<sup>15</sup> Ana Alice Alcântara Costa observou que foi a partir de uma série de matérias publicadas nos grandes jornais de Salvador por volta de 1912, relatando os feitos das feministas inglesas na sua luta pela conquista do voto, que o feminismo chegou a Bahia. COSTA, Ana Alice A. Matrizes históricas do feminismo baiano: as lutas sufragistas através da imprensa. In: AMARAL, Célia, SALES, Celecina, AZEVEDO, Helena, D'ÁVILA, Sande. *Múltiplas Trajetórias: estudos de gênero do 8º Encontro da REDOR*. Fortaleza, REDOR/NEGIF – UFC, 2001. P. 41 – 55.

<sup>16</sup> TOSTA, Lili. A duração da campanha feministas. *Diário da Bahia*, Salvador, 10 jun. 1931. P. 2.

<sup>17</sup> Exemplo disso está no fato de não se envolverem nos problemas salariais vivenciados pelas professoras primárias.

<sup>18</sup> VARIKAS, Eleni. Jornal das damas: feminismo no século XIX na Grécia. *Revista de Sociologia*. São Paulo, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, USP, 1979. (Texto mimeografado)

<sup>19</sup> VARIKAS, Eleni. Op. Cit. 1979.